

CONGRESSO

Presidente do Senado atende a pedido da liderança governista e adia análise de itens rejeitados por Lula que constam na nova lei de licenciamento ambiental

Jefferson Rudy/Agência Senado



Nos bastidores, falava-se que o argumento de Randolfe foi aceito por Alcolumbre também devido às movimentações pela escolha do novo ministro do STF

Palácio evita queda de vetos com a ajuda de Alcolumbre

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA
» EDUARDA ESPOSITO

Com a ajuda do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o governo manobrou e conseguiu suspender a sessão conjunta de ontem do Congresso, que analisaria os 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190/2025) e o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O adiamento da sessão foi confirmado horas antes da reunião, marcada para às 10h, e não tem nova data.

Nos bastidores, parlamentares governistas e da oposição consideram que o Palácio do Planalto jogou pesadamente para suspender a sessão, diante do risco de sofrer uma derrota acachapante com a derrubada dos vetos. A movimentação foi interpretada como uma manobra para evitar que o país ficasse malvisto na 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), em novembro, em Belém.

Mas comentava-se, também, sobre as movimentações de Alcolumbre para tentar emplacar o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) como sucessor do ministro Luís Roberto Barroso, no Supremo Tribunal Federal (STF) — embora todas as apostas considerem o advogado-geral da União o franco-favorito para ocupar, em breve, a 11ª cadeira da Corte.

O gesto do presidente do Senado contrariou as expectativas, criadas no início do mês, quando ele próprio confirmara para ontem a sessão do Congresso. Na ocasião, afirmou que Senado e Câmara apreciariam a LDO e os vetos presidenciais sobre o licenciamento ambiental, pauta que, mais uma vez, acirrou os ânimos entre governo e oposição. O adiamento da sessão, segundo a assessoria de Alcolumbre, foi decidido em “atendimento à solicitação do governo federal”. A base do Planalto comemorou o fôlego extra que lhe permite se reorganizar e negociar, algo que é admitido pela oposição.

A estratégia do governo para conseguir adiar a votação dos vetos foi agir em duas frentes. A primeira, com a publicação, de forma extraordinária, do Decreto 12.673, que institui a Câmara de Atividades e Empreendimentos Estratégicos — órgão que será o responsável por conceder o licenciamento ambiental especial, mecanismo importante para a exploração de petróleo na Margem Equatorial, na foz do Rio Amazonas. A segunda, foi a interlocução do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que reuniu-se com Alcolumbre e pediu mais tempo para avaliar o tema na Câmara e no Senado.



Apelei ao presidente Davi que a apreciação desse tema teria prejuízo tanto na medida provisória quanto de outro PL sobre o mesmo tema. Fico feliz e agradeço por ter atendido nossa exposição de motivos”

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP),
Líder do governo no Congresso



Estamos a menos de um mês da COP. Tudo terá impacto lá. Se o Congresso derrubasse a maioria dos vetos do presidente, haveria reflexo, não só para o governo, mas para o país”

Senador Jaques Wagner (BA), *Líder do PT no Senado*



Ele falou comigo que queria derrubar os vetos porque tinha interesse do estado dele em jogo. Agora, só ele pode responder o que aconteceu, se os interesses do Amapá ficaram em segundo plano”

Deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), *líder do PL na Câmara*

“Apelei ao presidente Davi que a apreciação desse tema, neste momento, e sem conseguirmos avançar sobre ele, teria prejuízo tanto na medida provisória — que tratava também do licenciamento ambiental — e de outro PL sobre o mesmo tema. Criaria dificuldade, teríamos necessariamente um impasse. Fico feliz e agradeço por ter atendido nossa exposição de motivos para realizarmos, em outro momento, a sessão do Congresso. Inclusive, com a disposição da apreciação desse tema e ver o que é possível em relação a ele. E equacioná-lo junto com a MP e com PL”, afirmou.

Sobre o decreto, publicado na quarta-feira, Randolfe explicou que era apenas uma medida com fim regulatório. “Esse decreto é uma decorrência da medida provisória que editamos. É uma decorrência do que já tinha na medida provisória. Foi um acordo geral. O presidente Davi, óbvio, teve contribuição nisso”, explicou.

Comemoração

Olíder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), celebrou o adiamento da sessão nas redes sociais. “Graças à mobilização de vocês,

conseguimos adiar a derrubada dos vetos do Lula no ‘PL da Devastação’. Sigamos mobilizados. Não podemos permitir tamanha atrocidade contra o meio ambiente”, publicou.

No Senado, o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), admitiu que poderia haver reflexos diplomáticos. “Estamos a menos de um mês da COP. Tudo terá impacto lá. Se o Congresso derrubasse a maioria dos vetos do presidente, haveria reflexo, não só para o governo, mas para o país”, explicou. Wagner lembrou, ainda, que a medida provisória editada pelo governo para recolocar trechos do PL vetados precisa ser aprovada dentro do prazo legal. “Perderíamos um instrumento essencial de política ambiental”, observou.

Questionado se o adiamento seria resultado de alguma negociação entre Alcolumbre e o Planalto que poderia estar relacionada à indicação para a 11ª cadeira do STF, o senador desconvendeu: “Não sei se houve esse papo. Isso deve ter sido decidido ontem à noite. Eu já estava sonhando”, brincou, em conversa com jornalistas.

Em discurso no plenário da Câmara, o deputado federal Bacelar (PV-BA) criticou o que chamou de

tentativa de “ressuscitar o PL da Devastação” e disse que revogar os vetos seria “um ato de irresponsabilidade internacional”, especialmente às vésperas da COP30.

“Licenciar não é burocracia. É proteção da vida, é prevenção de tragédias, é respeito à Constituição. O Brasil precisa modernizar suas leis ambientais com diálogo e transparência, nunca com retrocessos travestidos de progresso”, frisou.

Entre os opositoristas havia grande irritação com Alcolumbre. O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que o presidente do Congresso havia sinalizado que pretendia votar os vetos. “Ontem (quarta-feira) ele falou comigo que queria derrubar os vetos porque tinha interesse do estado dele em jogo. Agora, só ele pode responder o que aconteceu, se os interesses do Amapá ficaram em segundo plano”, provocou.

Já o ex-ministro do Meio Ambiente no governo de Jair Bolsonaro, deputado Ricardo Salles (Novo-SP), defendeu o avanço do projeto e deu menor importância ao adiamento da sessão conjunta das duas Casas. “Postergar não muda a decisão de derrubar grande parte dos vetos. É preciso evoluir e modernizar a lei para ter desenvolvimento com sustentabilidade. Os dogmáticos ambientalistas, muitas vezes, não entendem isso”, lamentou.

Afrouxamento

Aprovado em maio, o PL 2.159/2021 pretendia uniformizar os procedimentos para emissão de licença ambiental e simplificar a concessão de autorizações para empreendimentos de menor impacto. Porém, com as várias alterações feitas pelos congressistas, o texto ficou conhecido como “PL da Devastação”, pois afrouxava a legislação ambiental.

Em agosto, Lula sancionou a nova lei ambiental, mas vetou 63 dos 400 dispositivos aprovados pelo Legislativo. Entre os trechos barrados, estavam artigos que previam o Licenciamento Ambiental Especial (LAE) com fase única e o licenciamento simplificado por autodeclaração para obras de médio impacto ambiental. O governo também rejeitou pontos que transferiam aos estados e ao Distrito Federal a definição dos critérios de licenciamento.

Para recompor parte dos dispositivos derrubados pelo presidente, o governo editou a Medida Provisória 1.308/2025 e encaminhou ao Congresso um novo projeto de lei em regime de urgência. A MP trata exclusivamente do LAE e tem o objetivo, segundo o Executivo, de modernizar o processo, mas sem abrir brechas para retrocessos ambientais.

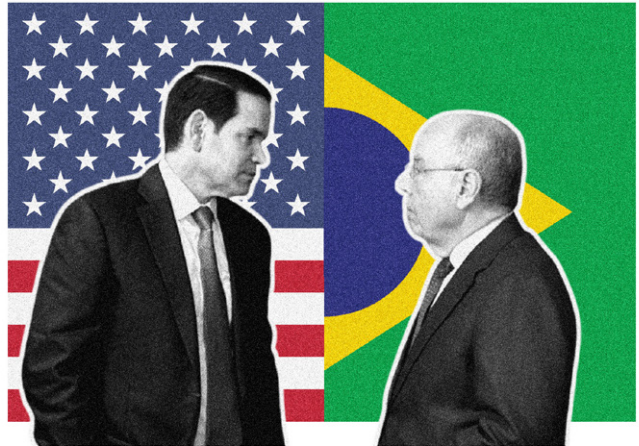
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Vieira e Rubio dão a largada na negociação do tarifaço de 50%

O primeiro encontro entre o chanceler Mauro Vieira e o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, marcou o início efetivo da tentativa de reaproximação diplomática entre Brasília e Washington, após meses de tensão gerada pelo tarifaço de 50% imposto pelo governo Donald Trump sobre produtos brasileiros. Ontem, na Casa Branca, a reunião representou o passo inaugural de um processo de negociação complexo, que envolve não apenas o comércio bilateral, mas, também, divergências de natureza política, ambiental e estratégica entre os dois países.

Segundo diplomatas brasileiros da missão, o clima foi “amistoso e construtivo”. A reunião começou com uma conversa reservada de 15 minutos entre Vieira e Rubio e prosseguiu com um encontro ampliado, que contou, do lado brasileiro, com os embaixadores Maurício Lyrio, Philip Gough e Joel Sampaio, e, do lado americano, com o representante comercial Jamieson Greer. O pano de fundo era o tarifaço — medida que afetou setores industriais e agrícolas e agravou o déficit comercial do Brasil com os Estados Unidos, um dos seus principais parceiros econômicos.

Vieira reiterou a posição expressa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua conversa telefônica com Trump, na semana anterior: a revogação das tarifas e das sanções contra autoridades brasileiras, como a cassação de vistos e a inclusão de nomes na chamada Lei Magnitsky. “É o início de um processo de negociação que exigirá paciência e pragmatismo”, disse o chanceler. O Itamaraty trabalha para que a reversão das medidas ocorra gradualmente, dentro de um acordo mais amplo sobre investimentos e cooperação tecnológica.

O encontro teve também valor simbólico. Diferentemente da conversa secreta de julho, quando Rubio e Vieira se reuniram discretamente em um escritório próximo à Casa Branca, desta vez ambos se deixaram fotografar diante do retrato do diplomata John Hay, referência histórica da diplomacia norte-americana. O gesto sinaliza uma tentativa de distensão e um novo tom nas relações.

Segundo o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, responsável pela operação de marketing realizada pelo governo para mobilizar a opinião pública brasileira contra o tarifaço, “o Brasil negocia com foco no comércio, firmeza na soberania e leveza no tom”. O entendimento foi traduzido por Lula com duplo sentido: “Não pintou química, pintou uma petroquímica com Trump”. Há grande interesse das petroleiras norte-americanas no petróleo brasileiro.

A frase tem como pano de fundo a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá, que Lula, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), defendem. Entretanto, a região possui uma vasta biodiversidade que poderia ser afetada em caso de um possível derramamento de óleo, o que preocupa ambientalistas.

Foco comercial

Lula deixou de lado os conflitos geopolíticos com Trump. A proposta de moeda comum dos países do Brics, que irrita Washington, por exemplo, sumiu dos pronunciamentos. O objetivo é concentrar esforços na pauta comercial. Durante encontro com o presidente argentino Javier Milei, o presidente norte-americano já sinalizou que pretende que o Brasil desista dessa iniciativa, uma preliminar para destravar as negociações tarifárias.

Enquanto o diálogo diplomático avança, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPМ), que terá papel estratégico nas tratativas com os Estados Unidos. A medida foi interpretada como um gesto de alinhamento à nova agenda bilateral, voltada aos minerais críticos — como nióbio, cobre, urânio e terras raras —, considerados vitais para a indústria de tecnologia e defesa norte-americana.

“O Brasil tem uma janela de oportunidade histórica para gerar sinergia com os EUA nesse campo”, afirmou Silveira, durante a instalação do CNPM, que contou com a presença de Lula e do ministro Rui Costa (Casa Civil). A coincidência entre a reunião do conselho e o encontro na Casa Branca não passou despercebida. O interesse de Trump em garantir acesso a minerais estratégicos latino-americanos é antigo e foi um dos pilares de sua campanha de reindustrialização e autonomia tecnológica dos EUA.

Nesse contexto, a nova rodada de negociações pode resultar num acordo que combine concessões comerciais com parcerias em setores de alto valor agregado — desde a transição energética até a produção de semicondutores. No entanto, o caminho é íngreme e pedregoso. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já reconhece que “a mistura entre política e economia foi o erro mais grave” nas relações recentes com os EUA.

Haddad defendeu que as tratativas se concentrem em temas técnicos. Ainda assim, há obstáculos sensíveis. Além da questão das tarifas, os norte-americanos devem insistir em discutir a política externa brasileira para a América Latina, especialmente em relação a Venezuela e a Cuba. Do lado brasileiro, a preocupação é evitar pressões sobre a agenda ambiental e o licenciamento de grandes projetos, às vésperas da COP30, no Pará.